APUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical do ANDES-SN

INFORMATIVO

Nº 12 SETEMBRO DE 1997

CAMPANHA EM DEFESA DA AUTONOMIA E DA RECUPERAÇÃO DOS SALÁRIOS

Existe hoje no movimento docente uma polêmica sobre qual é a prioridade do momento, se a luta contra o neoliberalismo ou a defesa dos salários da categoria. Analisando a prática mais recente, podemos perceber que, de um modo geral, o movimento docente tem levado as duas lutas. Ao se questionarem as práticas do neoliberalismo, como as privatizações, redução de investimento na saúde e educação, a reforma do aparelho do estado traz, diretamente, um ataque à Universidade Pública e Gratuita. E sabemos que a forma mais competente de o estado se desresponsabilizar com a educação, em especial a superior, foi fazer o congelamento salarial e liberar a prestação de serviços de seus profissionais. Desta forma, individualiza a responsabilidade de melhorar seu rendimento. Neste sentido, ao fazer a luta por melhores salários, estamos necessariamente colocando em xeque o neoliberalismo. Portanto, as duas lutas são, na realidade, uma só.

Foi nesta perspectiva que, no dia 26 de abril, em uma reunião do setor das federais, realizada em São Paulo, ficou definida uma campanha de mídia e a retomada da mobilização, em defesa da autonomia e dos salários. O objetivo foi de sensibilizar as autoridades, mobilizar os docentes na luta por seus direitos e de denunciar para a opinião pública os ataques à universidade e o arrocho salarial a que estão submetidos docentes e técnicos administrativos, há quase mil dias. E que a defesa da autonomia universitária, tal como consta hoje na Constituição Federal, através do seu artigo 207, é uma preocupação necessária para garantir a existência da Universidade Pública e Gratuita.

Já em agosto, nos dias 8 e 9 em Brasília, esta linha foi reafirmada e, também, reforçada a necessidade de se retomar as mobilizações dentro das Universidades. Procurar fazer os Conselhos Universitários se manifestarem e os reitores, através da Andifes, assumirem posição contrária a qualquer alteração do art. 207, são alguns dos nossos objetivos.

Para dar conseqüências a estas posições, tornava-se necessário insistir na abertura de um canal de negociação. Depois de reiteradas solicitações, os representantes do Andes-SN foram recebidos, no último dia 28, pelo secretário da SESU, professor Abílio Baeta. Nesta ocasião discutiu-se a questão da autonomia, da situação das universidades de Catalão e Tocantins e o brutal arrocho salarial que envolve os professores. O Andes-SN insistiu na necessidade de uma fórmula que viabilize uma solução mais imediata para o problema. Baeta, então, decidiu abrir discussão em torno do piso salarial para a categoria dos docentes. Retirou-se uma pauta de negociação, sendo que a próxima audiência foi marcada para o dia 8 de setembro.

Sabemos que uma negociação isolada, sem a mobilização da categoria, resulta, de um modo geral, infrutífera. Neste sentido, estamos encaminhando a todos os departamentos e diretorias de unidades uma série de documentos para subsidiar a discussão e nos colocando à disposição para participar de quaisquer reuniões onde poderemos discutir o tema.

Procuramos também organizar um seminário, trazendo pessoas que estejam mais envolvidas com os diversos problemas que nos afetam enquanto professores e sujeitos sociais. Acreditamos que, com a nossa participação a "Primavera na UFMG" se fará presente.

Contamos com você. "A Luta Continua".

VICENTINHO É REELEITO EM MEIO A POLÊMICAS

A corrente Articulação continua, por mais três anos, à frente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, foi reeleito com 1.080 votos, ou 52%, em um Congresso no qual sobrou polêmica e faltou discussão política, segundo a presidente da Andes - Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior, professora Maria Cristina de Morais. A chapa majoritária terá 13 cargos (em 25) na Executiva da Central.

Um acordo com os bancários – que ficaram com a Vice-Presidência da entidade, ocupada por João Vaccari – contornou o racha da tendência majoritária Articulação, que ameaçava a vitória de Vicentinho. A chapa 5, que reuniu as correntes Alternativa Sindical Socialista; Movimento por uma Tendência Socialista; e Articulação de Esquerda, ficou em segundo lugar, com 629 votos (30,28%). O grupo terá oito cargos na Executiva da CUT.

O VI Concut ocorreu em São Paulo, entre 14 e 17 de agosto, e definiu um plano de ação voltado para o empenho na unificação das lutas dos trabalhadores e a necessidade de se avançar na construção da greve geral. Não foi estabelecido, porém, nenhum prazo nesse sentido. No final de setembro, uma reunião da diretoria nacional da CUT vai elaborar a continuidade do calendário da Central, já que o VI Concut fixou um cronograma que vai apenas até setembro. Esse encontro discute ainda a possibilidade da realização da greve geral. Um acordo entre a tendências adiou a discussão sobre sindicato orgânico para a VIII Plenária.

CONSELHO DO TRABALHO E REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Duas questões extremamente controvertidas dentro da CUT foram decididas, através da votação em urna, no VI Concut, e ambos os resultados reforçaram a polêmica. Uma delas – a permanência da Central no Conselho Nacional do Trabalho – recebeu 978 votos favoráveis, 894 contrários, 24 brancos e 16 nulos, num total de 1889 votantes. "Isso significa que essa questão não está vencida – observou a presidente do Andes-SN, Maria Cristina, ao ressaltar que "a decisão da CUT (de permanecer no Conselho) divide claramente a Central, além de enfraquecer a posição cutista no Conselho".

A Segunda votação foi relativa ao posicionamento da CUT acerca da reforma da Previdência, mais especificamente quanto ao episódio no qual a direção da entidade ensaiou negociar direitos conquistados com o Governo Federal. Essa questão foi tratada em várias emendas da oposição, que se contrapunham à avaliação da corrente majoritária. De um total de 1946 delegados, 958 consideram correta a postura da Central e 946 se manifestaram contrários. Houve 27 votos em branco e 14 nulos.

Principais deliberações do VI Concut

Plano de Lutas

Ação centrada no combate ao neoliberalismo;
Luta por:

* emprego
* redução da jornada
* reforma agrária
* direitos sociais
* fim do bloqueio a Cuba
* democratização dos meios de comunicação
* convenção 87 da OIT
* acesso universal à escola
* defesa do SUS(Sistema Único de Saúde e
* fim das reformas

Fonte: Rápido CUT

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Com a justificativa de fazer ajustes no sistema previdenciário brasileiro para sanar sua crise, o governo Fernando Henrique está propondo alterar as normas do mesmo, através de mudanças na Constituição Federal (a PEC 33/95), que afetam substancialmente a atual política de Seguridade Social.

Obedecendo à atual linha do governo, o relatório do senador Beni Veras (versão piorada do relatório da Câmara) subtrai direitos dos trabalhadores e mantém privilégios de poucos. Se o mesmo for aprovado, a aposentadoria especial será concedida somente para professor(a) de educação infantil, ensino fundamental e médio, porém com idade mínima de 55 anos para homens e 50 anos para mulher. Os professores universitários estarão sujeitos ao Regime Geral da Previdência.

Enquanto o governo massacra os servidores civis, protege os militares. Com as mudanças propostas, os militares terão um sistema previdenciário completamente distinto. Não precisarão seguir quaisquer restrições ou requisitos impostos ao civis e terão seus direitos tratados em uma lei complementar e específica a ser enviada ao Congresso.

Por outro lado, serão mantidos os privilégios para os cargos eletivos, pois, pelo art. 37, Parágrafo 7°, os detentores dos mesmos terão o direito a receber aposentadoria acumulada com remuneração de cargos.

Já os artigos 249 e 250 criam fundos especiais para manter o pagamento de todas as aposentadorias e pensões, facultando à União manipular as contribuições e utilizar bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica.

Obs.: O relatório, na íntegra, encontra-se à disposição dos nossos associados na APUBH-S.Sind.

VIVA O CALOTE!

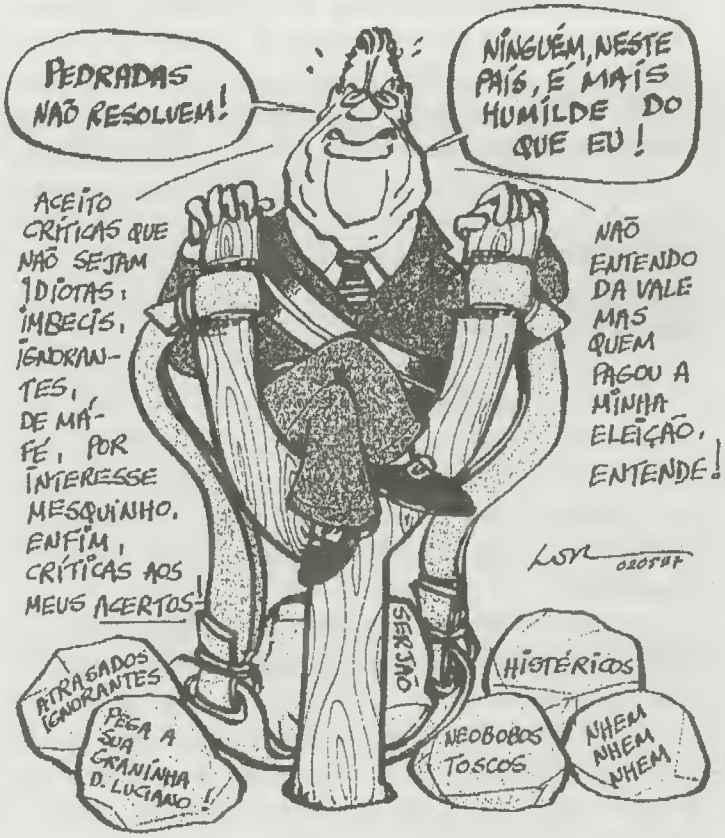
O deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) conseguiu do ministro Reinhold Stephanes a lista dos 100 maiores devedores do INSS em São Paulo. Coisa feia. Somam um espeto de 3,1bilhão de reais e revelam que se o Ministério funciona para tungar os aposentados, não funciona para cobrar dos caloteiros.

O maior devedor é uma empresa chamada Companhia Cotia Choch de Papéis, com R$308 milhões. Trata-se de obra de um empresário (Renor Lavratte) que golpeou a praça e sumiu. Não estava entre os 100 grandes devedores nacionais em dezembro de 1996. Como é possível aparecer uma dívida desse tamanho de uma hora para outra, não se sabe.

A Segunda colocada é a VASP. Devia 167 milhões e agora deve 180.

Há nove meses, os dez maiores caloteiros de todo país deviam R$1 bilhão. Agora, só os dez campeões paulistas devem mais que isso.

(Extraído da coluna Elio Gaspari, publicada no Jornal Estado de Minas, edição do dia 17/08/97.)



PROFESSORES COMEÇAM A REAGIR COM GREVES CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

A privatização das universidades federais no País já é uma realidade e greves isoladas começam a explodir em diversas IFES do País. Dentre elas destacam-se a privatização da Universidade de Tocantins - Unitins, a greve por tempo indeterminado da Universidade Federal de Goiás, cujos os professores estão sem receber os salários de julho e a greve da Universidade estadual da Paraíba UEPB.

"O que é gratuito não tem valor", diz o reitor da Universidade de Tocantis,Oswaldo Della Giustina, único estado do País que não dispõe de uma única vaga pública no ensino superior. A frase proferido pelo reitor, durante a colação de grau de uma turma no início do ano, tentou justificar a privatização da Unitins, que agora é controlada pelo grupo formado pelo governador José Wilson Siqueira campos e sua nora, Simone Siqueira Campos, proprietários de escolas em Brasília.

Com a privatização, a Unitins foi transformada em fundação privada de utilidade pública, com direito à cobrança de mensalidades dos alunos em torno de R$ 80,00 a R$ 180,00. O reitor considera baixas as mensalidades. Se esquece que a renda per capita do Estado é de apenas R$ 97,00 e, segundo o IBGE, a renda familiar está em torno de dois salários mínimos. Ele também parece ignorar que a Universidade é sustentada em 80% com verbas do governo do estado e que a Constituição Federal, através dos artigos 206 e 242, é clara quanto à exigência de gratuidade para as instituições mantidas com recursos públicos.

Enquanto isso, restam a indignação do Movimento Docente de todo o País e os protestos da oposição, que não encontram eco nem no governo estadual, nem no federal, como é o caso do deputado Raul Filho: "Nossa luta tem sido grande aqui. Entramos com ação no Ministério Público contra a privatização, mas as coisas não caminham. Nem sequer o patrimônio da universidade foi levantado", desabafa.

No estado vizinho, os professores do Campus de Catalão da Universidade Federal de Goiás entram em greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada em Assembléia Geral dos Professores, diante da possibilidade de extinção daquela Instituição Pública de Ensino Superior, ocasionada pela não renovação do convênio entre a Prefeitura Municipal e a UFG - que garante a manutenção do posto avançado.

O convênio garante a manutenção de sete cursos de graduação e um de pós-graduação, onde a UFG é responsável pelo apoio didático-pedagógico e a realização do vestibular, ficando a administração municipal encarregada da contratação (via concurso público) e o pagamento do quadro docente.

Alegando falta de recursos, o prefeito Eurípedes Pereira ameaça suspender o convênio. Desde janeiro, há progressivos atrasos no pagamento dos professores. Trinta por cento dos 93 docentes ainda não receberam o pagamento de junho e o restante estão com os salários e as férias de quem tem direito sem pagamento desde o mês de julho.

Recentemente, o ministro Paulo Renato Souza acenou com a possibilidade do Ministério da Educação ceder 150 vagas ao campus de Catalão, o que resolveria o impasse entre a prefeitura e a comunidade universitária. Porém, tal medida aguarda que a UFG envie o protocolo de licitação ao MEC, somente a partir daí será feita uma avaliação para que se concretize a promessa do ministro.

A partir do dia 26, os professores da UEPB entraram em greve por tempo indeterminado. Na pauta de reivindicações do movimento destacam-se os salários achatados; baixo número de professores efetivos e cobrança de taxas na instituição. A greve conta com a adesão maciça dos docentes nos quatro campi da UEPB - Campina Grande, Guarabira, Catolé do Rocha e Lagoa Seca.

Apesar de estadual, os professores desta instituição enfrentam problemas similares aos das universidades federais, onde o arrocho salarial, a evasão dos professores, a falta de realização de concursos, as más condições de trabalho, a reforma administrativa e a questão da autonomia universitária são premissas da intenção do Governo Federal, ou seja, a privatização das universidades públicas, sejam elas federais ou estaduais.

E o jogo do governo começa a ficar ainda mais evidente com a privatização das universidades menores, que abrem antecedentes para se concretizar o seu objetivo junto às mais expressivas IFES do país.

JUSTIÇA GANHA TEMPO EM RELAÇÃO AO JULGAMENTO DOS 28,86%

Em todo o Brasil, as ações dos 28,86%, acerca do reajuste concedido aos militares, estão com suas decisões definitivas sendo prorrogadas, o que acarretará o adiamento de todas os julgamentos em trâmite na Justiça. A maioria dessas ações foram encaminhadas à Justiça após a decisão favorável, em 19/02/97, do Supremo Tribunal Federal - STF ao Recurso Ordinário em Mandato de Segurança encaminhado pelos 11 servidores, que supostamente criaria uma jurisprudência sobre o assunto. Porém, a referida decisão teve um Recurso de Embargos de Declaração interposto pela União Federal.

Assim, esses embargos começaram a serem julgados em 27/08/97, sendo adiada a sua decisão porque o ministro Ilmar Galvão solicitou visto regimental dos autos do processo para proferir seu voto. Enquanto isso, os ministros Marco Aurélio e Maurício Corrêa rejeitaram os Embargos de Declaração votando a favor dos servidores. Já o ministro Nélson Jobim os acolheu, decidindo em favor da União e, ainda, concedendo a compensação dos valores já pagos. O STF não tem previsão de data para o voto de Ilmar Galvão.

Em relação aos estados brasileiros, verifica-se que somente no Mato Grosso ocorreu o pagamento deste percentual, devido ao fato da Universidade Federal do Mato Grosso ter perdido o prazo recursal tendo, portanto, a sentença transitado em favor dos docentes. Porém, a Universidade ajuizou uma Ação Rescisória para desconstituir o julgado, que ainda não está decidida.

Nos demais estados, mesmo quando se obtêm decisões favoráveis das antecipações de tutela pelo juízo de 1° grau, não se consegue efetivar o lançamento nos vencimentos e proventos dos servidores. Essa situação é devida ao fato das universidades estarem recorrendo destas decisões, através do instrumento de Agravo, com o qual conseguem obter o efeito suspensivo.

Existe uma recomendação geral, por parte do governo, para que as procuradorias protelem ao máximo o andamento dos processos relativos ao reajuste de 28,86%. Estão assim, interpondo todos os recursos possíveis para suspender a implantação desse percentual.

Obs.: A APUBH-S.Sind. continua recebendo os documentos para a ação dos 28,86% até o dia 30 de setembro.

REDUÇÃO DO ÍNDICE DE 11% PARA 6% DO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL

Os servidores públicos, ao longo das suas atividades, contribuem, mensalmente, com parte do salário para a formação do fundo a ser percebido quando da aposentadoria, conhecido como Plano de Seguridade Social – PSS. Este valor, até agosto de 1996, era fixado no índice de 6%.

Entretanto o Executivo, através de Medida Provisória, alterou o índice da cobrança do PSS para 9%, 12% e hoje mudado para 11% a todos os servidores.

As reedições destas Medidas Provisórias violam princípios constitucionais e tributários.

A APUBH-S.Sind. está levando, para a Assembléia Geral do dia 25 de setembro, a proposta de entrar na Justiça, através da Substituição Processual, requerendo voltar a cobrança do antigo índice da cobrança do PSS – 6% (seis por cento). Esta ação tem sido vitoriosa em alguns estados.

Na oportunidade a APUBH-S.Sind. solicita àqueles professores que já entraram na Justiça para reduzir o índice desta contribuição que comunique, com urgência, este fato. Além disto, os filiados que não quiserem integrar esta ação devem procurar o sindicato e fazer o pedido de exclusão, por escrito, até o dia 30/09/97.

PRIMAVERA NA UFMG



Seminário: "Universidade e Sociedade"

DATA: *22 , 24 e 26 de SETEMBRO de 1997*
LOCAL: *Auditório da Faculdade de Educação*
HORÁRIO: *9:30h às 12:00h*

Assembléia Geral dos Professores

Dia: **25 de setembro de 1997**
Hora: **9:30h**
Local: **Auditório da Faculdade de Educação**

Compareça. Professor, sua presença é importante para decidirmos o que vamos fazer .

PRIMAVERA NA UFMG - SEMANA DE MOBILIZAÇÃO

Seminário sobre a Universidade e Sociedade e Campanha em Defesa dos Salários e Autonomia

A APUBH-S.Sind. e a ANDES-SN entendem que só a ação integrada da comunidade universitária (professores, estudantes e funcionários) constitui a força viva capaz de gerar transformações concretas e condizentes com a Universidade Publica, gratuita, autônoma, democrática e competente que queremos - aquela comprometida com o desenvolvimento nacional e com os interesses majoritários da população.

Por outro lado, o governo FHC, autoritariamente, vem editando medidas provisórias, portarias e decretos-lei com vistas à construção de outro modelo de universidade.

O congelamento dos salários, a imposição da forma de escolha de seus dirigentes, a instituição do provão e a aprovação da LDB são algumas das medidas autoritárias e desrespeitosas que interferem na nossa vida acadêmica e profissional.

A APUBH-S.Sind. da ANDES-SN convida a todos para participarem da Semana de Mobilização como parte da nossa luta por melhores salários e pela Autonomia.

PROGRAMAÇÃO

Seminário: "Universidade e Sociedade"

- **Dia 22/09/97**

A Economia Brasileira do Real

Francisco de Oliveira, Professor do Departamento de Sociologia da USP e pesquisador do CEBRAP.

- **Dia 24/09/97**

As Novas Tecnologias e a flexibilização do trabalho

Jorge Jatobá, Professor da UFPE e Assessor Especial do Ministro do Trabalho;
Oswaldo Coggiola, Professor do Departamento de História da USP e Vice-Presidente da ADUSP-S.Sind.

- **Dia 26/09/97**

A Reforma do Aparelho do Estado: Reforma Administrativa e Autonomia

Sandra Starling, Professora da UFMG e Deputada Federabo PT.

Mobilização em Defesa do Salário e Autonomia

- **Dia 23/09/97**

11:00h - Reunião nas Unidades;

- **Dia 25/09/97**

9:30h - Assembléia Geral;

A APUBH-S.Sind. procurou democratizar o Seminário

Desde o início de agosto, estamos organizando este seminário. A APUBH – S. Sind. procurou convidar pessoas de destaque no cenário acadêmico e/ou nacional que tivessem opiniões políticas diferenciadas, com o objetivo de enriquecê-lo. Nesta perspectiva, foram convidados o professor da UFMG e, hoje, ministro do Trabalho, Paulo Paiva que, não podendo comparecer, indicou seu assessor Jorge Jatobá; o também professor da UFMG e deputado federal pelo PSDB, Octávio Elísio, que encaminhou uma carta justificando sua ausência devido a compromissos de agenda; e o deputado Aécio Neves, que foi convidado posteriormente, em setembro, estava com uma viagem para o exterior marcada.

Não conseguimos, assim, para o tema sobre as reformas, um parlamentar que pudesse falar pelo PSDB.

NOTAS NOTAS NOTAS NOTAS NOTAS

1) II CONED

A Comissão organizadora do II Congresso Nacional de Educação (II CONED) informa que a data limite de inscrição dos trabalhos e comunicações referentes aos eixos temáticos foi prorrogada para o dia 20 de setembro/97. A secretaria já se encontra na sala 2029 da Praça de Serviços da UFMG - Campus da Pampulha.

Os seminários nacionais preparatórios ao II CONED já estão com seus locais definidos:

Níveis e Modalidades de Educação
Local: Porto Alegre (RS)
Data: 18 e 19 de setembro

Organização da Educação Nacional
Local: São Luiz (MA)
Data: 19, 20 e 21de setembro

Financiamento da Educação
Local: São Paulo (SP)
Data: 3 e 4 de outubro

Gestão Democrática da Educação
Local: Brasília (DF)
Data: 9 e 10 de outubro

Formação dos Profissionais da Educação
Local: Rio de Janeiro (RJ)
Data: a definir

2) Simpósio Internacional "História e Revolução"

O Simpósio Internacional "*História e Revolução*", que ocorre no período de 3 a 7 de novembro de 1997, promovido pelo FFLCH - Departamento de História , já está com suas inscrições abertas. O Simpósio contemplará 29 palestras e mesas redondas, sobre temas que abrangem o marxismo, revoluções russas, européias e latino-americanas, a luta pela terra no Brasil, os conceitos de Gramsci, o papel de Che Guevara na História, dentre outros. Além disso, haverá uma exposição permanente de fotografias e uma mostra de documentários em vídeo sobre Che Guevara. Maiores informações podem ser obtidas através do FFLCH - Departamento de História - *CP 8105 - CEP.: 05508-900 - São Paulo - SP. Tel.: (011) 818-3760. FAX: (011) 818-3150, ou pelo e-mail: flh@org.usp.*

3) Ação do FGTS

A APUBH – S. Sind. informa aos seus associados que os interessados em participar da Ação Ordinária de Cobrança – "Planos econômicos sobre o saldo do FGTS" devem procurar a entidade até o dia 30 de setembro, munidos da documentação veiculada no último Informativo, datado de agosto/97. Nessa data se extinguirá o prazo de adesão à referida ação.

IMPRESSO